



CONCEITOS E CATEGORIAS GEOGRÁFICOS E AS ESTRATÉGIAS DO PODER

Paulo Henrique Silveira Lima
Universidade Estadual do Sudoeste Baiano

Resumo

Este artigo interpreta os principais conceitos e categorias de análises utilizados pela Geografia e por outras ciências afins ou parcelares. Assim sendo, Espaço, Poder, Território, Territorialidade, Limite e Fronteira, Matéria e Recurso e seus respectivos desdobramentos e dinâmicas foram abordados em forma de revisão bibliográfica. Nas fundamentações sobre espaço utilizou-se as teorias de (HEGEL, 1997 e KANT, 1787); nas demais fundamentações utilizou-se, propositadamente, apenas (RAFFESTIN, 1993), pelo respaldo de seus argumentos e para chamar atenção para e importância da obra desse autor; nas considerações finais recorreu-se a (CASTELLS, 2003), para subsidiar o pouco que se apresentou sobre as redes mundiais. Embora se saiba que as teorias, conceitos e categorias estão interligados entre si, foram discutidos neste artigo de forma especializada, detalhada. Isso como método, ou estratégia, para se proceder a uma análise, ao mesmo tempo detalhada e articulada, dos fenômenos sócio-espaciais, sócio-territoriais e sócio-ambientais.

Palavras-chave: Espaço, território, matéria, recurso, poder.

GEOGRAPHICAL CONCEPTS AND CATEGORIES AND THE STRATEGIES OF POWER

Abstract

This article reviews the key concepts and categories of analyses used either by Geography and other related sciences as well as approximate patterns. Further, a bibliographic review of space, power, territory, territoriality, boundaries and border, matter and source in their dynamics and alike were made. The concept of space was based on (HEGEL, 1997 and KANT, 1787); concerning the other conceptions, only (RAFFESTIN, 1993) was chosen due his respected arguments and in order to support attention and importance to his work. The final consideration appealed to (CASTELLS, 2003), to sustain the short information about the global networks. Nevertheless it is known that theories, concepts and categories are interconnected between themselves, they were discussed in this article in

a specialized way, comprehensive. Therefore used as a method or strategy to undertake an analysis, either detailed and articulated about the socio-space, socio-territorial and socio-environmental phenomena.

Keywords: Space, territory, matter, source, power.

INTRODUÇÃO

Este artigo interpreta as principais teorias, conceitos e categorias de análises utilizados pela Geografia e por outras ciências afins ou parcelares. Assim sendo, Espaço, Poder, Território, Territorialidade, Limite e Fronteira, Matéria e Recurso e seus respectivos desdobramentos e dinâmicas estão abordados em forma de revisão bibliográfica. Esclarece-se que tais teorias, conceitos e categorias foram discutidos de forma separada, especializada, apenas para efeito analítico e estratégico. Sabe-se que, na realidade, todos eles estão interligados entre si, o que fica claro nas considerações finais deste artigo, quando se aborda sucintamente as redes mundiais de comunicação e circulação, com suas respectivas tessituras e nós articulados nas diversas escalas espaço-temporal. Enfim, espera-se que os temas apresentados e discutidos a seguir sejam realmente importantes e apropriados para se entender as articulações dos fenômenos sócio-espaciais, sócio-territoriais e sócio-ambientais, tão afins à Geografia.

ESPAÇO

Segundo Hegel (1997) o espaço é o ser-fora-de-si, contínuo e abstrato, sem nenhuma diferença determinada, é aparência externa das coisas. Assim sendo, assim como o tempo, o espaço é subjetivo, uma intuição sensível, vulnerável, amorfo e circunstancial, uma abstração da exterioridade, ou uma mera forma imaginária. Para Kant (1787, p. 14),

[...] o espaço é um conceito empírico, derivado de experiências exteriores [...]. O espaço é uma representação necessária, “a priori” que serve de fundamento a todas as intuições externas. É impossível conceber que não exista espaço, ainda que se possa pensar que nele não exista nenhum objeto.

Sendo assim, Kant afirma que o espaço é único e universal, portanto quando se fala em muitos espaços, fala-se tão somente de partes do mesmo espaço universal, o que é reforçado por Hegel (1997, p. 48):

[...] falar de *pontos do espaço*, como se eles constituíssem o elemento positivo do espaço, é inadmissível, pois ele, por causa de sua indiferençabilidade, é somente a possibilidade, não o *ser-posto* do ser-fora-um-do-outro e do negativo, é, portanto, simplesmente contínuo; o ponto, o ser-para-si, é muito mais a *negação* – e decerto nele posta – do espaço.

Logo o espaço, por ser contínuo e infinito, é indiferenciável, não podendo ser nem positivo, nem negativo, uma vez que não é um “ser-posto”. Dessa forma, um ponto qualquer, em qualquer lugar, é apenas a negação do espaço, não um elemento positivo do espaço. Por isso não se pode interromper nem conceber mental e representativamente o espaço, por ser ele um ser ‘fora-de-si’ na intuição, conforme propõe Kant (1787 p. 14): “Daqui se segue que o que serve de base a todos os conceitos que temos de espaço, é uma intuição ‘a priori’ (que não é empírica)”. Seguindo raciocínio idêntico, afirma Hegel (1997, p. 48-49):

Coloca-se um ponto, assim se interrompe o espaço; mas o espaço, por isso, é simplesmente não-interrompido: o ponto só tem sentido enquanto é espacial, portanto exterior para si e para outro; o “aqui” tem nele mesmo, de novo, um sobre, um sob, um à direita, um à esquerda. O que não mais nele mesmo fosse exterior somente para outros seria um ponto; mas tal não existe, pois nenhum “aqui” é um último.

Além disso, se se analisar que o mais distante dos pontos espaciais, a mais distante estrela, por exemplo, não encerra um limite, que há, ainda, outras transcendências espaciais além desse ponto, têm-se a idéia de consistência da exterioridade do espaço, e nisso Hegel (1997, p.49), é claro: “[...] o espaço está além de seus limites como do seu ser-outro ainda em si mesmo, e esta unidade no fora-um-do-outro é a continuidade. Assim sendo, para se conceber o espaço, aplica-se a intuição empírica para depois se obter o pensamento desse espaço, logo é a determinação conceitual e mental que concebe o espaço, não o próprio espaço, mesmo porque, como afirma Kant (1787, p. 15), “o espaço não representa nenhuma propriedade das coisas”. O que significa dizer que não se pode preencher o espaço assim imaginado, pois os pontos de preenchimento do espaço são descontínuos e temporais, só podendo existir no espaço, fora de si, para os outros, logo são abstratos e sendo esses, portanto, sem diferenças, não podem

interromper o espaço. Nesse sentido, Hegel (1997, p. 49) faz a seguinte observação:

Uma questão capital da metafísica tem sido se o espaço é real por si ou apenas uma propriedade das coisas. Caso se diga que ele é algo substancial por si, então deve ser como uma caixa, que mesmo com nada dentro, se conserva, contudo como algo particular por si. Mas o espaço é absolutamente flexível e brando, não oferece nenhuma resistência; porém nós exigimos de algo real que seja incompatível frente a outra coisa.

Afirmar que o espaço é a ordem das coisas é incoerente, pois nenhum espaço é espaço por si, mas sempre espaço preenchido, conforme Hegel (1997, p. 49), o espaço é “uma sensibilidade insensível e uma insensível sensibilidade; as coisas naturais estão no espaço.” Sendo assim, pode-se afirmar que o espaço é mais do que uma determinação exterior das coisas, é uma determinação exterior em si mesmo e, sendo preenchido ou não, ele é sempre espaço, aliás, é assim que ele se caracteriza como espaço. Por isso não há coerência em dimensionar e mensurar o espaço. Neste caso Kant (1787, p. 15) é enfático ao afirmar que,

[...] efetivamente, as proposições geométricas, como esta por exemplo: o espaço não tem mais que três dimensões, são todas apodíticas, quer dizer que elas implicam a consciência; mas tais proposições não podem ser julgamentos empíricos ou de experiência, nem deles derivar.

Assim como Kant, Hegel (1997, p.50) tem o seguinte argumento sobre a questão:

[...] não se pode dizer de que modo altura, comprimento e largura se distinguem entre si, porquanto elas apenas devem ser diferentes, mas não são nenhuma diferença; é plenamente indeterminada a classificação de uma direção como altura, comprimento ou largura. – A altura tem sua determinação mais próxima na direção para o centro da Terra; mas esta determinação mais concreta em nada se refere à natureza do espaço em si. Pressuposta ela [determinação ao centro da Terra] também é ainda indiferente chamar a mesma direção de altura ou

profundidade, assim como para comprimento e largura, que muitas vezes se chama profundidade, nada a respeito está determinado.

Diante do exposto, conclui-se que o espaço está além de seus limites, sendo uma infinita continuidade que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Estes, sujeito e objeto, são “fora-de-si”, pois um só existe em relação ao outro, mas de forma a se confundirem, não servindo de parâmetros para determinar ou delimitar o espaço. Para se determinar e delimitar o espaço, seria necessário um ser per se, um objeto último, o que não existe.

PODER

A origem do poder remota à própria história da humanidade, e nessa concepção é um nome comum, escrito com “p” minúsculo. Mas, em outra concepção, o poder, por ser correspondente ao Estado, é um nome próprio, logo escrito com “P” maiúsculo.

Pretender que o poder é o Estado significa mascarar o poder com uma maiúscula. Este último “nasceu muito cedo”, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há “Poder” e “poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

O Poder (com “P” maiúsculo) é mais fácil de ser percebido, pois está sempre exposto, visível, identificável, sentido. Ele é representado pelos aparelhos inerentes ao próprio território, como também ao Estado, forma acabada de território, para controlar a população e dominar os recursos. Esse Poder, por representar sempre uma ameaça, é um poder perigoso e indesejável, perigo que aumenta conforme esse poder vai se tornando invisível. Por isso pode-se dizer que não se mata o poder, ao contrário, a tentativa de mata-lo torna-o invisível, camuflado e, ainda, mais perigoso.

O poder vem de todos os lugares, em consequência disso ele está em todos os lugares e em todas as relações, como alicerce móvel das forças intrínsecas nas relações, nas quais cria um campo de poder.

Numa tentativa de precisar o poder, Foucault fez uma série de proposições. Elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Sendo assim, o poder é multidimensional, ele surge a partir das relações; é intencional, por ter finalidades prioritárias; é dissimétrico, pois está sempre exposto às resistências.

Sendo co-extensivo a qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. [...] O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se de uma combinação das duas. (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

É por isso que se pode afirmar que o controle e a respectiva combinação estratégica de energia e informação dão origem a outras variantes do poder, tais como influência e autoridade. “A influência recorre mais à persuasão, enquanto o poder recorre à coerção. Mas nota-se, nesse caso, que se trata de uma diferença nos meios.” (RAFFESTIN, 1993, p. 54). Mas, como há variáveis na definição dos tipos de poderes, a depender da preponderância do componente energético ou do componente informacional, o termo “influência” pode ceder lugar a uma

dessas variantes, como, por exemplo, o poder coercitivo, baseado na aplicação da força física; o poder remunerador, fundado sobre o controle dos recursos materiais, dos salários e das gratificações; e o poder normativo, fundado sobre a manipulação dos recursos simbólicos.

O poder é fundamentado muito mais pela capacidade humana de transformar a natureza que o circunda e suas próprias relações sociais, por meio do uso sistemático das inovações técnicas, econômicas, sociais e culturais, do que pela simples necessidade natural. Essa fundamentação do poder tem por base o trabalho, no qual ele, o poder, se enraíza. Para Raffestin (1993, p. 56),

[...] o trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada. Segundo nosso parecer, é um erro assimilar o trabalho à energia, como fazem alguns, em especial Attali. Ele não pode ser nada mais que força dirigida, orientada, canalizada por um saber.

Sendo assim, parece consistente afirmar que é por meio do trabalho que o poder surge, de baixo para cima, de forma intencional e predisposto às resistências. Por isso, a força do trabalho não pode ser livre na sociedade atual, uma vez que o trabalho é apropriado por meio da apropriação da energia ou da informação, privando o trabalhador de dispor de ambas ao mesmo tempo, privando-o conseqüentemente do poder de transformação, fundamental para se assegurar a liberdade de produção e de espacialização. Portanto, ao efetivar a apropriação da energia ou da informação, ou de ambas, as organizações realizam as fissuras sociais. Combinando a energia acumulada com outra informação que, por sua vez, é combinada com outra energia, as organizações formam ciclos diversos de um processo capaz de manipular os elementos mais simples, porém suficientes para controlar os fluxos de energia e de informação. Assim se controla o trabalho e a respectiva força de trabalho e se obtém os resultados desejados, independentemente da vontade individual dos seres humanos, dos trabalhadores em particular.

A distinção drástica entre trabalho manual e trabalho intelectual não é nada mais que a expressão mais visível, mais corrente. A destruição da unidade-trabalho se realizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornam output cristalizados, de que se apropria uma organização específica que projeta seus trunfos estruturais para obter a equivalência forçada.

Realizar a equivalência do não-equivalente é apropriar-se do trabalho sob múltiplas formas. (RAFFESTIN, 1993, p. 57).

Com base nos pressupostos apresentados e, ainda, no princípio de que o trabalho e a respectiva produção envolvem todas as relações, pode-se afirmar que a retomada do controle do poder original de transformação, da unidade de trabalho perdida, só pode ocorrer por meios políticos e conflituosos.

As Estratégias do Poder

Para se entender a posse visada do poder sobre determinado espaço geográfico recorre-se à divisão tripartite da Geografia Política: população, território e recursos. A população, por estar na origem do poder e por representar a capacidade de transformação, tem preponderância sobre os outros dois trunfos, território e recursos. O território, por ser a cena do poder e o lugar de todas as demais relações, depende da própria população para ser dinamizado e dos recursos que se apresentam como determinantes das ações a serem implementadas nesse espaço. Mas, o que realmente ocorre é a manipulação simultânea, em diversos graus, desses três trunfos.

O conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou recursos. Frequentemente o objetivo declarado mascara os verdadeiros trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Na realidade, as disputas por esses trunfos se dão, predominantemente, sob a forma de soma não nula, ou seja, os atores em disputa nem ganham nem perdem tudo, mas dividem estrategicamente os trunfos em disputa, conforme os interesses e o poder de força de cada um, mas há disputas nas quais somente um dos atores ganha, neste caso, predomina a forma de soma nula.

Qualquer organização é caracterizada por seres e coisas, seja porque os possui, os controla ou os domina. Em conseqüência, em toda relação a organização os coloca total ou parcialmente em jogo. Se é verdade que assim é para o Estado de uma forma indiscutível, também o é para outras organizações. A empresa controla não somente todo o aparelho de sua produção, que compreende seres e

coisas, mas também controla, de uma forma mais indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. Quando entra em concorrência com outras empresas, coloca na balança tudo ou parte de seus trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

É com base nessa ideologia ou estratégia que cada empresa procura obter trunfos complementares para garantir sua supremacia nas competições. Esses trunfos complementares podem ser o poder político, o controle de informações para se prever, acessar ou neutralizar, conforme a necessidade ou estratégia. Sempre lembrando que o território é, por excelência, espaço político e campo de ação dos trunfos. Mas, o ideal do poder é jogar exclusivamente com os símbolos, tornando os trunfos imaginários, embora essa estratégia termine por fragilizar o poder, uma vez que distancia o referencial do imaginário, tornando as decisões perigosas, pois, assim sendo, as percepções se tornam deformadas e, conseqüentemente, as imagens reais se tornam puramente imaginárias. Dessa forma, o fator tempo, combinado com o fator espaço, modifica as posições dos trunfos, tornando as decisões articuladas sem efeito ou com efeitos catastróficas, acelerando o processo de desestruturação territorial.

TERRITÓRIO

O sistema territorial pode ser sistematizado da seguinte forma:

- a) elementos do espaço: superfície, pontos e linhas; equivalentes a tessituras, nós e redes;
- b) sistemas de objetivos e de ações: conhecimentos e práticas econômicas, políticas, sociais e culturais; também equivalentes a tessituras nós e redes.

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privaram de distinções úteis e necessárias [...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator signatário (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço,

o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.” O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

O espaço é anterior ao território e preexiste a qualquer conhecimento, ação ou prática. O espaço é uma realidade material preexistente; é, de certa forma, o lócus das possibilidades. Em uma análise geográfica, o espaço pode ser até entendido como matéria prima para realizações concretas. Assim sendo, o território, que não é espaço, é uma produção a partir do espaço e nele apoiado, logo, como toda produção acontece no campo do poder, ao se imprimir qualquer ação espacial, mesmo que seja apenas no campo do conhecimento, imprime-se também o controle e o respectivo poder sobre esse espaço, transformando-o em território.

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações [...]. Assim, portanto a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Por isso se dizer que toda construção da realidade se dá sob a égide dos instrumentos do poder, dos objetivos iniciais às realizações projetadas e materializadas nos lugares. “Até fizemos da imagem um ‘objeto’ em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos” (RAFFESTIN, 1993, p. 145). A cartografia é um exemplo de instrumento sistematizador das representações – das imagens – dos espaços e, por isso, um instrumento de poder e do Poder. Os territórios (cidades, rodovias, ilhas, fazendas, etc.) são resultantes das demarcações cartográficas e exemplos de imagens ou representações dos espaços que, por estarem demarcados e representados cartograficamente, se submetem a diversas formas de controle, envolvendo, criando e recriando, permanentemente, relações de poder. Isso implica na afirmação de que a representação, em relação aos objetivos estabelecidos por um determinado ator,

é um conjunto definido. E, dessa forma, o espaço construído pelo ator passa a ser território, restando do espaço apenas a sua imagem. “É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Sendo assim, a representação pode ser definida como energia informada, resultante de um trabalho, energia que é dinâmica, que se modifica, se degrada e, sempre, recomeça para evitar a morte ou a entropia do ator. Por isso não se pode imaginar uma ruptura entre o espaço e sua representação, uma vez que o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator. Mas há de se considerar as possíveis rupturas entre a informação desejável à realização de uma ação qualquer e a informação à disposição. É essa ruptura que mantém as relações de poder dissimétricas, cujos ganhos antecipados podem, e quase sempre o são, inferiores aos ganhos realizados por meio da energia investida no processo.

É inegável, porém, que o espaço se apresenta como um campo de possibilidades, ou seja, um lugar onde se pode construir vários tipos de tessituras e decidir quanto às articulações dos pontos, em redes. “Pode-se decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções.” (RAFFESTIN, 1993, p. 148). Como uma imagem nunca é transcrita como se apresenta em um plano, e como há sempre mais de um ator nas representações, mesmo que sejam congruentes, haverá, conseqüentemente, rupturas entre a imagem territorial projetada e o território real, revelando a relação de poder entre esses atores. Assim sendo, quando mais de um ator projeta determinada ação, por exemplo, uma construção, os projetos formulados, embora congruentes em suas intencionalidades, têm resultados finais, concretos, sempre diferentes, não correspondendo a nenhum dos projetos, mas revelando a multilateralidade dos diversos atores envolvidos. Isso vale tanto para as tessituras, como para os nós e as redes.

Veremos que, de fato, o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas. Observações análogas, senão idênticas, poderiam ser feitas para os nós e as redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

Para imprimir suas ações espaciais, os atores, invariavelmente, criam representações, depois repartem a superfície representada, implantam os nós e constroem as redes. “É o que se poderia chamar de ‘essencial visível’ das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente

observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões.” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Por isso não se pode prescindir desses elementos nas análises territoriais, uma vez que eles intervêm nas estratégias. Além do que, toda prática espacial induzida por ações ou comportamentos implica na produção territorial, estando portanto, entrelaçada por tessituras, nós e redes para organizar o campo operatório das ações espaciais.

Os indivíduos ou grupos ocupam pontos variados nesse espaço e se distribuem de forma aleatória, regular ou concentrada, conforme as distâncias e as acessibilidades, resultando na interação entre os locais. Essa interação se dá por meio da política, da economia, da cultura e da própria ação social dos grupos e indivíduos envolvidos no jogo da oferta e da procura permanentes. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Esse território assim constituído e funcionalmente diferenciado vai ser hierarquizado segundo a importância que indivíduos ou grupos dão às suas diversas ações, assegurando o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, impondo e mantendo, dessa forma, uma ou várias ordens, ao mesmo tempo em que se realizam a integração e a coesão dos territórios e se cria o invólucro no qual se originam as relações de poder.

Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Nesse contexto, as tessituras, os nós e as redes são invariáveis geográficas, ou seja, são três subconjuntos estruturais que são, na verdade, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base e que leva a outras sucessivas estruturas que sustentam a prática espacial. Como essas estruturas levam sempre a outras estruturas, nunca se chega a uma estrutura verdadeira e definitiva. Por isso, ao mesmo tempo em que a estrutura tessituras-nós-redes é exteriorizada por um grupo, uma outra estrutura é interiorizada, e isso vale para qualquer grupo, portanto sua presença é universal na passagem da interioridade para a exterioridade, independentemente de que suas origens ou raízes estejam no ser humano individualizado e/ou no grupo, por isso Raffestin (1993, p. 151-152) afirmar que,

[...] a partir daí, é possível construir uma matriz que justifique esse conjunto estrutural que toma, uma vez exteriorizado, uma infinidade de imagens. É essencial fazer claramente a distinção entre 'imagem', por um lado, e 'estrutura' por outro. A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações. Os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas.

Essas argumentações dão subsídios para se afirmar que para se almejar a chegar na estrutura mais profunda da ação territorial é necessário decifrar as relações de produção e de poder. Reforçando essas argumentações, Raffestin (1993, p. 152) interpreta que,

[...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' o território. De fato o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mas modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem 'territórios'. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder.

É sempre prudente lembrar que todo território traz em si, explícita ou implicitamente, a idéia de limite, ou seja, identifica a porção do espaço onde se dão as ações de determinado ator ou atores. A própria ação já é fato limitante do espaço, pois se dá em uma área precisa, considerando a dinâmica do tempo e as

projeções em escalas, mesmo se se traçar uma malha em consequência de uma relação com o espaço e da respectiva produção do território, tecendo a superfície de infinitas maneiras, pois, na realidade, o sistema de objetivos e ações obedece sempre a uma ordem.

A tessitura territorial está sempre sujeita a níveis hierárquicos dentro de cada malha territorial estabelecida, caracterizando as centralizações e as descentralizações. Também, em seus vários níveis, uma tessitura traz em si uma aparente ambigüidade, na realidade uma estratégia, cujo objetivo pode ser garantir, em um nível ótimo, o conjunto de atividades da população, como também estabelecer, um nível ótimo de controle, sobre essa mesma população. Por isso, é prudente considerar se a tessitura é a desejada pela população ou se apenas é uma tessitura suportada por essa população. Para Raffestin (1993, p. 154), “a tessitura ‘desejada’ é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, enquanto a tessitura ‘suportada’ é aquela que tenta maximizar o controle do grupo.” Sendo assim, a tessitura é sempre a projeção de um sistema de limites e fronteiras, cujas escalas coincidem, determinando e sendo determinadas, com a escala do exercício do poder. Nesse inter-relacionamento dinâmico, as tessituras se superpõem, se cortam, se fazem e se desfazem permanentemente. Isso porque os limites e as fronteiras são móveis, ou efêmeros, sendo que as áreas delimitadas são, por vezes, apenas a sede de uma ou várias atividades submissas a outros campos ou escalas de poder. Raffestin (1993, p. 154) considera que “num nível mais elevado, as regiões administrativas quase nunca coincidem com as regiões econômicas. Todo projeto de um ator signatário se realiza em várias malhas ao mesmo tempo, mesmo quando ele nem suspeita disso”. É evidente que as tessituras criadas pelo Estado têm mais permanência do que as criadas pelas empresas. É por isso que as tessituras políticas e administrativas sobrepõem às econômicas.

Os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas. Ainda que as áreas de distribuição ou de coleta de empresas monopolistas ou oligopolistas, em geral desconhecidas do público, possam ter uma grande permanência. Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimada, enquanto a segunda resulta de um poder de fato (RAFFESTIN, 1993, p. 155).

Essas argumentações encontram sustentação no fato de que a tessitura política, expressão de um estado de direito, ao contrário da econômica, expressão das ações contínuas, é transmitida ou herdada por gerações, com a ressalva de que a tessitura é formada por malhas e estas por pontos, e que as malhas, heterogêneas e diformes, acolhem, em sua organização territorial, além da população, pontos, nodosidades e elementos diversos, conforme argumenta Raffestin (1993, p.156):

Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou megalópoles gigantes [...]. Claro, o ponto pode ser estudado em si, mas então o sacrificamos a uma descrição estática. Se nos fixarmos nos exemplos enunciados acima – aldeias, cidade, etc. –, descobre-se que estamos diante de locais de aglomeração, lugares de poder, ou seja, de centros.

Como os atores se vêm como centros, e na realidade o são, atores e pontos se confundem, com o diferencial de que, não raro, o ponto possa ter a função de referência espacial local. No tocante ao poder, os pontos estão mais para o relativo do que para o absoluto. Isto porque, muitas vezes, interessa mais a um ponto a posição, função e estratégia de outro, ou de outros pontos, na mesma ou em outras redes e tessituras, do que a sua própria centralidade. Isso sem perder de vista que:

[...] os pontos simbolizam a posição dos atores. Mas esses atores não se opõem; agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar, ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações [...]. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. É o que se pode observar no caso de auto-estradas que com freqüência arruinam o tráfego de passagem das cidades pequenas. (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

É pressuposto básico que as redes, principalmente as concretas, formam as infra-estruturas dos espaços territoriais e conseqüentemente do poder. Por isso ligam sempre os pontos previamente determinados ou estrategicamente convenientes e precisos, delineando a hierarquia dos pontos dentro da rede e o respectivo controle do e no espaço. Quanto mais pontos em uma rede, maiores as possibilidades de ações, principalmente por parte dos atores dominantes, logo se não houvesse o limite natural dos recursos, com a dinamização dos pontos estabelecidos, se teria uma infinidade de possibilidade.

Para quatro pontos têm-se 64 alternativas, e para seis, 32 768! Basta dizer que as estratégias dos atores são numerosas. Digamos que na escala humana são praticamente infinitas. Mas na realidade, em razão dos recursos disponíveis, trata-se de um conjunto finito. (RAFFESTIN, 1993, p. 157).

Pelo exposto é seguro afirmar que toda rede designa domínio espaço-temporal e territorial e que, principalmente por causa das redes abstratas, nas quais os arcos que ligam pontos são invisíveis, como as redes de rádio, televisão e bancária, o tempo é um componente na formação das redes. E que estas são, ao mesmo tempo ou alternadamente, meio e fim das estratégias espaço-territoriais. Que elas, as redes, denotam um território, como meio, e conotam uma ideologia da organização, como fim, sistematizando o território como produto e meio de produção.

Territorialidade

A territorialidade, por refletir a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral, traz em si um valor especial como instrumento de poder nas relações espaciais. Nos processos territoriais, existenciais e/ou produtivistas, os seres humanos se inserem, ao mesmo tempo, tanto no processo territorial como no produto desse processo. Esse inter-relacionamento é resultante das interações entre os atores e entre estes e as respectivas mudanças que causam na natureza, na sociedade e em si próprios. Para melhor entendimento da territorialidade, toma-se a argumentação de Raffestin (1993, p. 160-161):

[...] acreditamos ser possível definir uma territorialidade lato sensu, que procede de uma problemática relacional. Para tanto, proporemos uma expressão simples que pode exprimi-lo: $H r E$. H sendo o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; r sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e E sendo a exterioridade, isto é, uma "topia", um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo. Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do Sistema.

A territorialidade, por envolver produção, troca e consumo das coisas, é um sistema de relações mediatizadas pela exterioridade, e não uma simples ligação com o espaço. Além do que, é preciso considerar as tessituras, as nodosidades e as redes que criam vizinhanças, acessos, convergências, ao mesmo tempo em que provocam disjunções, rupturas e distanciamentos entre grupos e indivíduos nos processos de territorialidades. Isso porque a territorialidade é composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimento da interação humana no espaço.

Pelo exposto, conclui-se que a territorialidade é o resultado das relações reais inseridas no contexto sócio-histórico e espaço-temporal, portanto constituída pelas relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, com a autoridade política etc., enfim, com o cotidiano vivido em um determinado lugar com determinado ritmo, envolvendo atores internos e externos, relações simétrica e dissimétricas.

LIMITES E FRONTEIRAS

Em síntese, limite é uma informação que estrutura o território. A informação, por sua vez, é o resultado de uma energia dinamizada que, entre outras aplicabilidades, serve para formar o limite e a respectiva estrutura territorial. O limite, embora sêmico, é resultado de uma energia aplicada e está implicitamente ligado ao modo de produção e às suas contradições. Por isso, o limite está sempre em processo de mutação, em termos econômicos, políticos, sociais e culturais, conforme as mudanças imprimidas pelo e no modo de produção.

Limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas comunidades para marcar o território: o da ação imediata ou da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Os sistemas de limites não são arbitrários, embora sendo convencionais, pois a partir de quando são pensados e sistematizados em determinado lugar deixam de ser arbitrários e passam a enquadrar um projeto social legitimado, aceito, “uma vez que os limites só manifestam um projeto que por si mesmo não é arbitrário, pois isso seria admitir que a classe dominante não procura enquadrar seu projeto social e comunicá-lo sob uma forma ideológica.” (RAFFESTIN, 1993, p. 166). Logo

todo limite possui uma conotação política, pois é sempre, direta ou indiretamente, a expressão de uma manifestação coletiva.

Já as fronteiras são linhas rígidas, geralmente impenetráveis, que, ao serem demarcadas, não são passíveis de contestações. São definidas, delineadas e demarcadas em mapas como representação clara do território. Os Estados modernos deram e dão provas da rigidez das fronteiras ao utilizarem as linhas fronteiriças, multilateralmente aceitas desde o século XV, para imprimirem demarcações de comum aceitação, evitando, assim, os confrontos fronteiriços. “A linha de fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa. ‘De fato estabelecida’ significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivessem essa fronteira em comum.” (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

Se no passado as linhas de fronteiras eram rígidas, como os muros romanos e a Muralha da China, ainda segundo Raffestin (1993, *passim*), no século XX essa rigidez foi retomada, e muitas linhas foram materializadas, o Muro de Berlim, embora derrubado, foi um triste exemplo, mas não o único, várias construções ainda materializam ideologias políticas perversas e segregadoras entre Estados, ou entre blocos de Estados, a exemplo da ideologia Leste-Oeste e Norte e Sul, denunciando o latente estado de guerra e a respectiva incapacidade desses Estados em excluir a violência das relações de poder.

As demarcações das fronteiras são fundamentais para o exercício das funções legal, de controle e fiscal por parte dos Estados. A função legal, tida como essencial e estável, delimita uma área em cujo interior se articula um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade. A função de controle inspeciona a circulação humana, de bens e, de formas imprecisas, de informação. A função fiscal teve sua importância diminuída com o liberalismo das trocas, mas continua a ser um instrumento de política econômica, articulada por meio do protecionismo.

Além das funções de fronteiras enumeradas, pode-se, ainda, enumerar as funções ideológicas e militares. As funções ideológicas são muito utilizadas para esconder os conflitos armados potenciais. As funções militares, embora perdendo importância para os armamentos sofisticados, continuam, de forma dissimulada, mantendo suas funções estratégicas de preservação das fronteiras.

As funções, legal, de controle e fiscal, por si só são suficientes para criar um sistema hierárquico de fronteiras e controlar as relações de poder estabelecidas entre os atores políticos territorializados em determinado espaço-territorial. Nas fronteiras internacionais a função legal está sempre presente, no mínimo por meio dos regulamentos ou das leis, mas as funções de controle e fiscal são, quase sempre, virtuais.

Modificações socioeconômicas ou sóciopolíticas funcionalizam ou disfuncionalizam as fronteiras, afetando o território e o tempo social em seu

interior, fazendo e desfazendo o espaço e o tempo sociais. A fronteira, assim como o limite, decorre do espaço e do tempo, “pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração.” (RAFFESTIN, 1993, p. 169). Por isso se afirmar que a construção simultânea do espaço e do tempo constitui a base das práticas espaciais.

Tanto limites como fronteiras são sistemas sêmicos do projeto social, indispensáveis em qualquer ação. São portadores de informações que consomem energia e participam de todo projeto sócio-político ou sócio-econômico, sendo que o limite está presente em todas as estruturas de classificação ou partição pois, “sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer. Na famosa fórmula ‘dividir para reinar’, encontra-se essa preocupação” (RAFFESTIN, 1993, p. 169).

Enfim, os argumentos apresentados indicam que o poder para se organizar, se manter e se articular permanentemente, de forma paradoxal, tanto dando continuidade aos limites estabelecidos, mesmo que os deslocando de seus respectivos lugares, como impondo suas descontinuidades, cria e recria limites novos. Indicam, ainda, que além de não serem arbitrários, os limites não são inocentes, muito menos naturais, mas que fazem parte da reprodução social, ou seja, da territorialidade, e dos respectivos sistemas de produção, troca e consumo, “pois os limites são vividos, consumidos [...]. Esses fenômenos, bem conhecidos, são observáveis tanto nas regiões fronteiriças como no interior dos países. É exatamente porque são vividos que os limites participam da territorialidade.” (RAFFESTIN, 1993, p. 170). Isso significa que toda mudança na malha territorial implica em nova estrutura de poder e na respectiva e permanente dinamização do território.

MATÉRIA E RECURSO E AS TÉCNICAS DE MOBILIZAÇÃO E USO

A matéria, ou substância, é encontrada na superfície da terra ou é acessível a partir dela, por tanto preexiste a qualquer ação humana. Sua existência advém de forças que agiram ao longo da história da Terra, sem a interferência humana. Por isso poder se afirmar que a matéria equivale ao espaço.

A matéria ao ser usada e transformada abre várias possibilidades para a sociedade humana. Essas possibilidades têm seus valores dependentes da relação que os seres humanos, em determinados tempos e espaços, têm com tais e quais matérias. Isso porque são esses seres humanos que, por meio de operações diversas, inventam ou criam e atribuem valores às propriedades da matéria, embora nenhuma ação particular esgota tais propriedades. “Assim, uma mudança de prática constitui uma nova relação para com a matéria, donde resulta a probabilidade de evidenciar novas propriedades.” (RAFFESTIN, 1993, p. 224). Isso

significa que a matéria não é “esgotável”, mas evolutiva. Nenhuma matéria é conhecida em todas suas propriedades. Como as práticas humanas estão sempre evoluindo, e isso é real, novas propriedades das matérias vão sendo descobertas ou utilizadas. Negar isso equivale a admitir a estagnação humana, o que não é real.

Pode-se, pois, pretender que a cadeia das propriedades materiais é uma função das práticas e dos conhecimentos humanos. Sem a prática, a matéria permanece um “dado” puro, inerte, e suas propriedades ficam latentes. Sem a prática a matéria não é desvendada como campo de possibilidades: sem prática, nenhuma relação, nenhuma relação com a matéria e, portanto, nenhuma produção. O poder original do homem se revela por intermédio do aparecimento das propriedades da matéria, que correspondem para o homem, às classes de utilidade. (RAFFESTIN, 1993, p. 224).

Dito isso, fica evidente que o ser humano só interessa pela matéria pela utilidade de suas propriedades. E nisso reside a diferença entre matéria e recurso, conforme bem esclarece Raffestin (1993, p. 225).

Esta [a matéria], para ser qualificada como tal [recurso], só pode ser o resultado de um processo de produção: é preciso um ator (A), uma prática ou, se preferirmos, uma técnica mediatizada pelo trabalho (r), e uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo, que se pode formular de maneira rudimentar: $ArM \rightarrow P$ (conjunto de propriedades ou recurso).

Assim sendo, fica claro que o recurso é uma função ou mesmo um resultado e, como tal, não pode ser uma substância. Pode-se definir recurso como sendo

[...] o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também [...] a relação que faz surgir um recurso não é puramente instrumental, mas também política, no sentido que demos a esse termo. A relação com a matéria é política, no sentido de que r [técnica] é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio como o próprio grupo. Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção. (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

Sendo os recursos resultantes de relações, não há como qualificá-los como sendo naturais. Essa qualificação (natural) é própria da matéria. “[...] é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-histórica dos recursos. ‘Os recursos não são naturais; nunca foram, e nunca serão!...[...].’” (RAFFESTIN, 1993, p. 225). Sem a intervenção humana a matéria continua sendo natural; já para os recursos a lógica é outra, suas propriedades evoluem ou desaparecem, conforme sua produção viabilizada, no tempo e no espaço, por meio de novas técnicas mobilizadas pelo trabalho. “De fato, certas propriedades desaparecem, pois não apresentam mais interesse nem utilidade em relação a um contexto técnico-econômico.” (RAFFESTIN, 1993, p. 226).

As técnicas ou tecnicidade, estas estão se tornando, cada vez mais, complexa e, por isso, mais frágeis. “Ela é composta por um tal número de inter-relações, que toda mudança, mesmo mínima na aparência, pode ter graves conseqüências.” (RAFFESTIN, 1993, p. 227). Isso porque a tecnicidade é, em suma, um conjunto de relações entre ser humano e matérias. E, por estabelecer tais relações, a tecnicidade também pode ser: simétrica, quando não destrói o meio natural, ou dissimétrica, quando o destrói. Isso significa dizer que o uso constante de técnicas dissimétricas leva ao esgotamento das matérias e que esse esgotamento leva à substituição, de forma imposta, indesejada, de bens naturais, vitais para a humanidade, por bens sintéticos. Esta substituição de bens dá à tecnicidade enorme poder. Assim, a tecnicidade ao interagir com a matéria e com a territorialidade define sua relação social de acesso ao espaço e ao tempo. Raffestin (1993, p. 228) ilustra essa afirmação:

[...] durante decênios, as potências industriais tiveram um acesso espacial e temporal ao petróleo; depois, as coisas mudaram. Elas não têm mais acesso direto ao petróleo, ou têm apenas parcialmente [...]. Os membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), portanto controlam “o espaço petrolífero”, mas também, em parte pelo jogo de preços e das cotas de exportação, “o tempo petrolífero”.

Recursos Renováveis e Não-Renováveis

Para que um recurso seja renovável é preciso que haja um funcionamento compatível de todo o ecossistema, ou seja, que haja incidência direta ou indireta da fotossíntese sobre esse recurso, de forma a evitar rupturas na cadeia dos fatores bióticos e abióticos. O que significa dizer que, em um planeta finito como a Terra, os organismos autotróficos (as plantas) são a fonte de energia que constitui a matéria viva animal.

A produção de recursos renováveis, por meio da agricultura, é realizada por meio da organização de porções da superfície terrestre em ecossistemas agrícolas. Com a evolução das técnicas e das máquinas esses ecossistemas, agrícolas, tiveram suas produções aumentadas em até vinte vezes, o que não significa nenhum ganho se considerar que antes dessas “evoluções” um input (quantidades de recursos que consomem) produzia doze outputs (quantidade de bens que produzem) e que com as evoluções das técnicas e das máquinas passou-se a usar um input para produzir apenas dois *outputs*.

Há aí um paradoxo entre rendimento econômico e rendimento energético, do qual apenas começamos a tomar consciência. Isso quer dizer que é preciso uma quantidade crescente de inputs de baixa entropia para produzir a mesma quantidade de recursos. Ora, esses inputs de baixa entropia não existem também em quantidade ilimitada (RAFFESTIN, 1993, p. 229).

O exposto indica que, antes de se pensar em potencializar as produções, os ecossistemas agrícolas, para serem funcionais, precisam considerar os fatores limitados da natureza, dentre eles, o solo e a água. Segundo Raffestin (1993, p. 229),

[...] o solo cultivável é um recurso renovável que, por definição, existe em quantidade ilimitada. Para uma dada região, já com todas as terras desmatadas, organizadas, recuperadas por adaptações técnicas, corrigidas ou drenadas, dispomos de uma alocação de solo cultivável que só pode diminuir por exploração para usos não-agrícolas ou pela erosão, poluição ou retorno à vegetação anterior.

Todavia, ao longo do tempo, devido a fatores, como a expansão urbana e às demais infra-estruturas de produção e deslocamento humanos, ou, simplesmente por abandono de áreas, ainda férteis, a quantidade de solo cultivável dos países industrializados vem diminuindo. Acresce-se a esses fatores a poluição e a erosão, resultantes das relações de produção dissimétricas com a terra. Por isso é que em uma relação de produção simétrica com a terra, o solo cultivável deve ser o primeiro recurso a ser preservado. Mas, essa simetria nem sempre é fácil ou possível, porque a propriedade da terra impõe relações dissimétricas, uma vez que a relação entre propriedade e produção é uma relação de poder, o cerne da dissimetria.

A terra sempre foi um trunfo mais ou menos disputado, conforme o lugar e o momento. As lutas camponesas são quase sempre um violento testemunho. Enquanto hoje estratégias de envergadura estão sendo postas em prática para controlar os recursos renováveis essenciais, tais como os cereais, por exemplo, no próximo quarto de século o solo cultivável estará no cerne de muitos confrontos, tanto em países industrializados como nos países em via de desenvolvimento. O controle e a gestão de quantidades imensas de produtos alimentares, para um país do tipo dos Estados Unidos, constituem os fundamentos de um poder fabuloso. (RAFFESTIN, 1993, p. 229).

Isso explica, em parte, o porque que desde quando os países industrializados redescobriram que os produtos alimentares são uma estratégia de grande eficácia e excelente instrumento de poder, que as questões agrícolas retomaram as preocupações políticas.

A água, assim como o solo, é um recurso renovável e vital, portanto estratégico; por isso requer um controle especial, na quantidade e na qualidade, na utilização e no consumo, no tempo e no espaço.

Foi-se o tempo em que a água era considerada um bem livre. Ela só o era, aliás – e a economia política que nos desculpe –, onde era superabundante em relação às necessidades. A procura, depois o controle e a administração da água preocupam todos os grupos humanos. Como o solo cultivável, a água foi e é um trunfo, bem mais ainda que no passado [...]. A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos. (RAFFESTIN, 1993, p. 231).

A posse e/ou o controle da água envolve relações políticas e geopolíticas. A problemática da água atravessa todas as escalas espaciais, indo do local ao global em tempos distintos ou simultâneos. Assim sendo, devido a fatores econômicos, populacionais e bélicos, entre outros, há, atualmente, embora de forma dissimulada, uma geopolítica (mundial) de controle da água.

Pode-se, então, concluir que água e solo estão no centro das estratégias globais. Por isso as técnicas (sistematizadoras do poder e consumidoras de energia) de utilização do solo e da água estão permanentemente em evolução.

Já os recursos não-renováveis, como o carvão o gás e o petróleo, que são a própria matéria em forma de energias armazenadas no solo ou no subsolo, só são apropriados pela técnica. A não renovação dessas energias, confirmada apenas na escala da história humana, tornam-nas trunfos que, sem mecanismos de regulação ajustados aos ecossistemas, apenas regulados normativamente, pelo controle do usar, não usar e de quanto usar, geram tensas relações de poder e conflitos, que aumentam conforme aumentam sua exploração. Sobre os recursos não renováveis Raffestin (1993, p. 233) é, mais uma vez, ilustrador ao afirmar que

[...] as grandes nações industriais que se construíram desde o século XIX consumiram, desperdiçaram mesmo, recursos não-renováveis num ritmo acelerado, pois se tratava de atingir o nível mais elevado. Não faz muito tempo e ainda hoje, na corrida do PNB mais alto, media-se o crescimento pelo consumo de energia, de ferro, de aço, etc. por habitante. Há mais ou menos uma década, os países produtores de recursos não-renováveis começaram a reagir frente ao desperdício, mas também para fazer durar aquilo que era parte de sua riqueza, jogando com os preços [...]. De qualquer maneira, os estoques terrestres continuarão a diminuir.

Essa observação de Raffestin é bastante prudente e, infelizmente, não perdeu sua validade, pois o paradigma de quanto mais consumidor de recursos, mais avançado, ou rico, é o país, ainda vigora.

De tudo que foi analisado fica a evidência de que se é real a tendência de sempre se criar novas tecnologias para fazer interagir os recursos renováveis com os não renováveis, para sanar os problemas bioeconômicos, também é real que isso só acontece porque se prevê o esgotamento dos recursos, renováveis e não renováveis.

A Transformação da Matéria e Mobilização dos Recursos

Para se mobilizar qualquer recurso são necessários um inventário, uma avaliação prévia, o domínio de certa quantidade de energia e de informação, para se preparar e executar um plano ou um programa de mobilização (exploração). Isso porque a exploração é determinada por toda uma estratégia que envolve precisão, decisão e uso dos recursos, conforme a predominância dos benefícios sobre os custos aplicados. Nessa equação a questão básica a se resolver é espaço-temporal, ou seja, como sempre é possível que haja inviabilidade de mobilização de determinado recurso em determinado tempo e/ou lugar, a estratégia é esperar

e/ou encontrar outros tempos e/ou outros lugares, geralmente existentes, próprios para uma eficaz mobilização do pretendido recurso.

A decisão de explorar ou não se prende a um contexto de redes econômicas e políticas e é relativa a esse contexto. [...] nos parece ser útil insistir nos principais comportamentos em matéria de mobilização dos recursos. Pode-se resumi-lo em três: “exploração”, “preservacionismo” e “conservacionismo”. (RAFFESTIN, 1993, p. 234).

A classificação que Raffestin dá à mobilização dos recursos (exploracionismo, preservacionismo e conservacionismo) é bem oportuna e serve para interpretar as diferentes estratégias dos diversos atores que, por meio de ideologias, dissimulam formas condenáveis de apropriação e mobilização das matérias e dos respectivos recursos. Os exploracionistas, por fazerem uso das informações funcionais e serem geralmente regulados pelo mercado ou pela planificação, só levam em conta a maximização da produção, desconsiderando o ritmo dos esgotamentos. “A informação funcional é aquela que interessa a todas as técnicas de valorização, em qualquer nível”. (RAFFESTIN, 1993, p. 235). Os exploracionistas seguem a lógica econômica clássica que se encarrega de privilegiar um mesmo bem no presente em detrimento desse bem no futuro. Como, nesse caso, o futuro não conta, os recursos podem e devem ser esgotados, não levando em consideração o meio físico e o ser humano.

A época colonial foi fortemente marcada por esse comportamento exploracionista. As relações de produção e de propriedade dão então origem a relações de poder muito dissimétricas, tanto com as coisas como com os homens [...]. Aquilo que se chamou de luta ou de batalha pelas matérias-primas se inscreve perfeitamente na perspectiva exploracionista. Aliás [...] o mundo ainda não saiu dela. (RAFFESTIN, 1993, p. 235).

Os preservacionistas são regulados pela informação reguladora dos preços, portanto primam pela estagnação da mobilização das matérias e recursos. Para estes, segundo Raffestin (1993, p. 236),

[...] o meio é pouco tocado e os atores renunciam a um ganho elevado imediato [...]. As razões não se devem unicamente à preservação de um recurso, mas também à

vontade de evitar a desordem nas estruturas econômicas nacionais, que não estaria em condições de absorver e de utilizar enormes ganhos sem sobressaltos. Pode-se, por outro lado, imaginar que os preservacionistas potencializam momentaneamente, para atualizar com mais benefícios ainda no futuro. Seria um erro pensar que essa estratégia é ecológica.

Os conservacionistas, por sua vez, tentam usar os recursos de forma a suprir as necessidades do presente, sem comprometer o futuro, estabelecendo relações simétricas de gestão em longo prazo.

O que quer que pense, é a estratégia implícita seguida pela OPEP, que tenta atualizar os seus recursos no ritmo de seu desenvolvimento econômico. Por isso, sem dúvida, coloca em dificuldade os países industrializados, habituados ao desperdício do petróleo.” (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

De forma sintética, conclui-se que, sobre a mobilização dos recursos, o Estado, como ator político, é, por direito e por legitimidade, mais habilitado que as empresas para gerir os recursos em seu território. Mas esse direito e essa legitimidade são apenas formais, pois o próprio Estado se encarrega de delegar o poder e a legitimidade às empresas privadas, “pois nos países capitalistas os recursos são, na maioria das vezes, objeto de uma apropriação privada.” (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos teóricos apresentados neste artigo ficam mais evidentes quando se toma como objeto de análise a rede mundial de comunicação e circulação, ou simplesmente rede dos fluxos mundiais. Segundo Castells (2003, p. 566):

A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades [...]. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder [...]. Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da

formação, orientação e desorientação das sociedades [...]. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, conseqüentemente dando forma à própria estrutura social.

Nessa rede de poder, articulada pelo capitalismo neoliberal ou ultraliberal global, estão sistematizadas todas as teorias, conceitos e categorias apresentados. Pois, no atual sistema capitalista, as empresas globais, para internacionalizarem suas atividades, subcontrataram pequenas e médias empresas nos mercados domésticos e diversificaram suas funções produtivas, de forma que, mesmo em lugares diferentes, essas empresas se integram a uma estratégia global articulada pela empresa nuclear, que por sua vez se integra a outras grandes empresas nucleares na rede global. Dessa forma, a informação flui em todas as escalas e as grandes empresas estabelecem relações com vários mercados domésticos sem assumir o controle desses mercados, formando um conjunto de “nós” interconectados que formam as redes mundiais de poder e de respectivo controle sócio-espacial, sócio-territorial e sócio-ambiental.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede. Vol. I. Trad. Roneide Venancio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio. Texto completo. Tradução: José Machado e Paulo Menezes. São Paulo: Loyola. 1997.

KANT, Emmanuel. Crítica da Razão Pura (versão eletrônica). Tradução: J. Rodrigues de Menege. [S.l.: s.n]. 1787. Disponível em: <http://ateus.net/ebooks/geral/kant_critica_da_razao_pura.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006. 10:17:00.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma geografia do Poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática. 1993.

Contato com o autor: paulophd.g@ig.com.br
Recebido em: 08/04/2009
Aprovado em: 05/11/2011